



Prefeitura Municipal de Porto Alegre
Secretaria de Coordenação Política e Governança Local
Gerência do Orçamento Participativo

Conselho do Orçamento Participativo



Sessão Plenária

Seção Ordinária do dia 27 de setembro de 2005.

ATA Nº 21
PAUTA: DEMHAB

CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador): Estão abertos os trabalhos. Estão abertas as inscrições para o período das Comunicações. (Pausa.) De imediato, concedemos a palavra ao Ricardo Erig, do GPO. **RICARDO ERIG (Gabinete de Programação Orçamentária):** Boa noite. Estamos trazendo a vocês a sistematização de todas as propostas que este Conselho fez por intermédio da comissão de sistematização. O total de recursos alocados ficou no valor de R\$ 3.554.539,00. Para o tema Habitação ficaram mais R\$ 950.000,00, para regularização fundiária, mais R\$50.000,00 para regularização fundiária judicial. Mais R\$ 940.000,00 para Educação. Mais R\$300.000,00, para a FASC. Mais R\$ 400.000,00 para a Saúde. Outra coisa fundamental para o bom andamento do processo do Orçamento Participativo é a elaboração do Plano de Investimentos para 2006. Sabemos que a grande maioria das regiões já entregou suas atas onde constavam os percentuais para o resgate de Pls anteriores. Para que consigamos trazer esse Plano para o Conselho, antes de entregarmos à Câmara de Vereadores, no dia 14 de outubro, que é o último prazo, quando também estaremos entregando o Orçamento de 2006, é necessário que todas as demandas que estaremos resgatando – como, por exemplo, na região Sul, onde estaremos resgatando 50% das demandas anteriores – sejam apontadas, se vamos pegar das demandas mais antigas para as mais novas, ou não, qual será o critério. Para que consigamos sistematizar isso em tempo hábil, no GPO, a fim de fazermos a remessa dessa listagem das demandas para os órgãos responsáveis, com vistas a termos um parecer correto a respeito do valor correto dessa demanda, precisamos remeter ao DEMHAB para que o Departamento faça uma reavaliação dessa demanda. Então, estamos entregando a vocês um formulário, onde deve ser colocado o nome da região, o percentual por tema e, em baixo, devem ser listadas as demandas de Pls anteriores a serem resgatadas, com o número da demanda, e na ordem, de uma forma hierarquizada. Estaremos aguardando no GPO até o final da tarde de sexta-feira, onde esse formulário deverá ser entregue pelas regiões, com a numeração das demandas, até porque em algumas atas não ficou muito claro o que cada região queria. Qualquer dúvida quanto ao preenchimento desse formulário nós estamos à disposição no GPO. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** O Delegado Felisberto deseja fazer um pequeno questionamento. **DELEGADO FELISBERTO (Região Centro e Delegado da Temática de Desenvolvimento Econômico):** A Temática de Desenvolvimento Econômico não recebeu a planilha da matriz, e para que façamos qualquer trabalho é preciso essa matriz. A Cultura também não. Quando será entregue? Temos que fazer a nossa reunião e temos de ter algo concreto para decidirmos. **RICARDO ERIG (GPO):** Nós identificamos que trabalhar com os recursos para as regiões é menos complexo do que trabalhar com os recursos das Temáticas. Acontece que as secretarias que têm recursos nas temáticas estão terminando ou terminaram no dia de hoje os pareceres de cada uma das demandas do PI-2006. Estamos tabulando os dados no GPO. Na Temática da Cultura, por exemplo, temos o indicativo de que a maioria das demandas tem parecer favorável. O que sobrar de recursos seria para alocar em demandas anteriores. Mas estamos fechando esses dados. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro) (Questão**

de Ordem): O caso é o seguinte: pensamos ter sido bem claros na Cruzeiro. Em matéria de habitação, não sei se o Governo percebeu, não fizemos nenhuma demanda nova. Apresentamos todas as demandas antigas devidamente numeradas. O Governo percebeu isso? Há necessidade de mais uma indicação com referência ao que a Cruzeiro quer? Essa são as perguntas. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** Estão presentes o Paulo e o Adão, do DEMHAB, a quem convido para fazer parte da Mesa. Temos dezesseis inscrições para as Comunicações. Um minuto e meio para cada intervenção. A delegada Beatriz solicita a palavra. Os que forem favoráveis a que ela se manifeste levantem o braço. (Pausa.) **Aprovado.** O Hamilton é o primeiro inscrito. **CONSELHEIRO HAMILTON (Temática de Circulação e Transporte):** Há uma semana o cara que é Secretário de uma empresa pública, não sei se é empresário o Luiz Afonso Sena, esteve na Câmara de Vereadores apresentando um projeto e discutindo com os Vereadores a respeito da circulação e do transporte em Porto Alegre. E da mesma forma como no governo anterior, agora se aponta no sentido de melhorar a questão do Centro para quem anda de automóvel, porque continua o mesmo projeto da Administração anterior, de retirar os ônibus da Zona Sul e Leste do Centro da Cidade. Isso é um equívoco, porque prejudica os serviços daqueles que geram a riqueza para o Centro desta Capital, recaindo sempre sobre os mais humildes, aqueles que têm de vir de ônibus. Os desempregados, aqueles que têm que vender o produto do seu trabalho no Centro, também estarão prejudicados. Então, quero dizer a cada conselheiro que na hora de demandar as questões do Centro da Cidade sempre está embutida uma visão preconceituosa em relação àqueles que vêm de ônibus para o Centro. Enquanto essas coisas estão acontecendo lá, sempre aqui acontecem algumas discussões no sentido de se vai haver o período das comunicações ou não. A primeira meia-hora deste Conselho tem que servir para isso, para que possamos trocar informações a respeito do que está sendo proposto pelas elites desta Cidade. Obrigado. **CONSELHEIRO BOA NOVA (Temática de Circulação e Transporte):** Realmente, Conselheiro Hamilton, há dois anos falamos aqui sobre a questão, mas parece que todos têm ouvidos de mercador, entra por um lado e sai pelo outro, só que quando aperta no sapato as pessoas começam a chiar. E o Secretário vem aqui e diz que nada fará sem a consulta popular, mas, parece, mais uma vez a prática está sendo feita a portas fechadas. Quero somente confirmar que como Conselheiro da Temática de Circulação e Transporte estivemos hoje na primeira reunião do Conselho Municipal dos Transportes, o COMTU, e aqui está a ata da reunião anterior, porque a ata da reunião de hoje terei na próxima semana. Quero apenas dizer para vocês que cumprimos essa tarefa e trouxemos de lá um assunto muito importante para a circulação e transporte, que é “medo de roubos não anula infração”. Por exemplo, se você passar por uma sinaleira depois da meia-noite e não parar no sinal vermelho, com medo de ser assaltado, você estará sujeito à multa, segundo a EPTC, que não mais perdoa, e diz que a questão do amarelo piscante está fora de cogitação. Acho que deveríamos tratar disso. Com referência ao valor de mais R\$100.000,00 para a Secretaria de Acessibilidade, quero agradecer e dizer que o Secretário nos chamou na Secretaria e solicitou que agradecêssemos por ele a este COP e à Comissão de Sistematização. E ainda solicitou que qualquer movimentação de verbas suplementares, a exemplo do que aconteceu no ano passado, o COP não se esquecesse daquela Secretaria, porque eles têm mais duzentas vagas a serem preenchidas com convênios, com mais 22 entidades, para pessoas com necessidades extremas, pessoas sem mobilidade nenhuma. Muito obrigado. **CONSELHEIRA ADACLIDES (Região Restinga):** Boa noite. Primeiro, gostaria de fazer uma proposta para que não tenhamos, na quinta-feira, a nossa reunião, porque teremos a Conferência Estadual. De nada adiante participarmos da conferência municipal e não irmos para a conferência estadual, até por que existem demandas do OP lá dentro. É prioritária essa situação. Segundo, os cobradores estão sendo desempregados, são sessenta cobradores. É claro que vão utilizar outros motivos como desculpa, mas sabemos que o que está por trás é a questão da roleta. Obrigada. **DELEGADA BEATRIZ (Região Sul):** Boa noite. Estou encaminhando um ofício à Coordenação que diz o seguinte: *Tendo em vista o pronunciamento do Conselheiro Ronaldo Endler da região Sul, que afirmou que o FROP da referida região havia desautorizado esta delegada a se pronunciar no COP, solicito a ata da reunião em que houve a votação e a aprovação, pois para que o mesmo pudesse reproduzir neste Conselho a decisão dos delegados daquele FROP, a ata deveria ser votada e aprovada. Participei da reunião do FROP de 14.09 na região Sul e abordou-se o tema “fala de Delegados no COP”, mas não houve tal encaminhamento, o que me leva a crer que o Conselheiro falou por si, não reproduzindo, portanto, uma decisão regional. Cito o Capítulo I, artigo primeiro do Regimento Interno do Conselho do Orçamento Participativo, que diz o seguinte: “Das funções – art. 1.º: O Conselho do Orçamento Participativo (COP) é um órgão de participação direta da comunidade... Capítulo IV, da Organização Interna, das Reuniões, art. 16, Parágrafo Único: O Conselho do Orçamento Participativo poderá deliberar por conceder o direito a voz para outros presentes, através de votação específica na reunião em curso”.*Tais artigos garantem a qualquer cidadão o direito de pronunciar-se neste Conselho. Assino como Delegada do OP da região Sul, cidadã de Porto Alegre. Também

encaminhei à Temática da Cultura a solicitação de renúncia ao assento de Delegada na Temática, e já comuniquei verbalmente ao Ozório, da Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo, porque ontem abriu uma vaga de Conselheiro na Temática de Assistência Social e houve uma votação que resultou em empate entre eu e a Suara, e o representante do Governo, o Juninho, levantou a questão de que eu não poderia concorrer porque já tinha assento em mais de uma Temática. Isso não é regimental, não houve impedimento, houve consenso nisso na Temática, e houve o empate. Dia 10 de outubro vai ser feito o desempate. Agradeço o espaço que me foi concedido. Obrigada. **CONSELHEIRO JULIANO (Região Centro):** Boa noite. Primeiro quero agradecer à Comissão de Sistematização, aos Conselheiros que apoiaram nossa emenda, e agradecer ao Secretário Portela, que cumpriu a promessa feita na terça-feira passada aqui no COP, o que propiciou que as nossas emendas fossem aceitas para o shopping popular. Quero também dizer que o período das Comunicações é regimental, como o Hamilton falou, e nessas últimas reuniões sempre é perguntado ao plenário se quer que haja o período das Comunicações, meio que induzindo as pessoas a não quererem. Isso é regimental e deve ser cumprido. Há várias semanas as pessoas querem dar os seus informes, mas não conseguem. Acho que deve ser cumprido o Regimento. Quero também falar sobre o referendo, um assunto que está passando muito devagar, sobre o desarmamento, cuja consulta será feita no dia 23 de outubro. Acho que nós, como formadores de opinião, temos a obrigação de levantar esse assunto aqui, porque é importantíssimo, e vejo certos movimentos contrários ao desarmamento, como se indo contra o desarmamento fôssemos acabar com a insegurança no nosso país. Acho que essa é uma tremenda falcatrua que estão querendo aplicar em nós, porque acredito que no momento em que desarmarmos o cidadão o bandido vai ser muito mais ousado. Hoje, quando ele chega para o assalto ele tem medo, tem receio, “será que o companheiro tem arma ou não tem arma?” Se desarmarmos, ele terá a certeza de que não vai ter a arma e vai vir para cima, e a insegurança vai aumentar e o banditismo muito mais. Então, acho que temos de fazer esse debate e começar já, porque dia 23.10 teremos a eleição. **CONSELHEIRO SÍLVIO ALEXANDRE (Região Eixo Baltazar):** Há umas duas semanas o conselheiro Emílio, da região Humaitá (e não tenho certeza), fez um pronunciamento aqui no período dos informes sobre a questão da mudança nos critérios para a decisão sobre os telecentros, e fiquei esperando para ver se havia algum retorno do Governo. Se eu não me passei não houve nenhum retorno ainda em relação a essa questão. Alteram uma série de critérios e de regramentos para fazer a discussão sobre a definição dos telecentros. Quero dizer que não sou contra essa situação, mas temos que pelo menos ter a oportunidade de discutir isso aqui no COP, e também algum retorno do Governo em relação a essa questão, pelo menos na região Eixo-Baltazar e na Norte, acompanhei isso há dois anos atrás, a discussão dos telecentros se deu via Fórum Regional do Orçamento Participativo. Aproveito para informar que o telecentro do Mercado Público está fechado desde o dia de ontem, sem previsão de retorno. E também quero agradecer ao governo porque esse documento hoje foi entregue a cada um dos Conselheiros. Aproveito para pedir que sempre todos os documentos sejam entregues com uma cópia para cada Conselheiro, porque nas últimas reuniões foi entregue apenas um documento para os quatro Conselheiros, o que dificulta o nosso trabalho. Obrigado. **CONSELHEIRA DILECTA (Região Norte):** Boa noite. Primeiro, no sábado passado tivemos o Encontro de Formação da ONG Cidade. Era para os Conselheiros e Delegados terem comparecido, o encontro foi ótimo, foi muito bom, mas havia muito poucos conselheiros, muito poucos delegados. Iniciamos com dez pessoas e no final chegou a trinta, e havia quarenta e poucos inscritos. Acho que quando temos a oportunidade temos que aproveitar. E também quero dizer que fomos convocados uma vez para a Tripartite e depois não houve a reunião, porque choveu, houve alguma coisa e a reunião não pode ser feita, e depois nunca mais nos convocaram. O pessoal está perguntando se não querem mais fazer a reunião da Tripartite. Não sei se a Prefeitura está decidindo sozinho e não precisa mais da Tripartite, mas nós gostaríamos de participar. Outra coisa, na SMAM nós temos reunião na quinta-feira, e temos direito a quatro representantes, mas somos somente duas por enquanto. Era isso e obrigada. **CONSELHEIRA ROSE (Temática de Cultura):** Boa noite. Primeiro quero informar que ontem, na reunião da Temática, foi comunicado que os oficineiros serão pagos referente ao mês de julho ainda, até sexta-feira. E dizer que a nossa luta ainda não terminou e que achamos que isso não vai resolver o problema. Outra preocupação que tenho, e falo na condição de quem trabalha com assistência social, é dizer o que ocorreu ontem, na Temática de Assistência Social, quando votaram a redistribuição de verbas de sobras dos PIs. Houve dois PIs que não serão atendidos e ainda no ano passado ficou acordado dentro da Temática que se houvesse algum PI que não pudesse ser atendido por questões técnicas essa verba seria redistribuída para as outras entidades que estão com PI no livro de investimentos. E ontem foi aprovada na Temática de Assistência Social a destinação de verba para duas entidades que não participam do processo, e que não participam do PI. Acho que essa Temática de Assistência Social deve rever essa votação, porque estamos abrindo um precedente para que qualquer outra entidade, que não participa desse processo, reivindique

também o recebimento de verbas. Temos que respeitar o processo do Orçamento Participativo e respeitar as entidades que participam desse processo. Como Delegados daquela Temática estamos encaminhando documento pedindo a revisão dessa posição. Obrigada. **CONSELHEIRA NEIRACI (Temática de Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Boa noite. Primeiro quero reclamar porque não chegaram as duas cópias para a Temática de Organização da Cidade, significa que há gente que pegou mais do que duas. Em segundo lugar gostaria de esclarecer que em reuniões anteriores pessoas colocaram – principalmente o seu Omar – em dúvida a questão das Temáticas. A Temática é uma coisa que é regimental, e essa situação só poderá ser mudada no momento em que se mexer no Regimento do OP. Aliás, o prefeito Tarso teve uma boa idéia, porque naquela época somente as vilas eram atendidas em Porto Alegre pelo OP. Parecia que o resto de Porto Alegre, o Centro, a classe média, ninguém mais existia. Só eram atendidas casas, remédios de graça, e na verdade quem segura a cidade são as pessoas que pagam impostos. Então, temos que repensar isso. Gostaria também de esclarecer para o Seu Omar, porque ele não sabe, que temos em Porto Alegre 65 cooperativas, cadastradas e registradas na Junta Comercial. A maioria delas tem o seu terreno, e precisa somente da infraestrutura. Aquele valor que eu pedi para retirar daquela proposta que o senhor fez, o senhor estava retirando do fomento ao cooperativismo, não era dinheiro somente da habitação, era também do fomento ao cooperativismo, e quero dizer que existe uma lei que deverá a partir desse ano ser aplicada, e que esse dinheiro não vai ficar no bolso dos cooperativistas, esse dinheiro retorna para o DEMHAB. Então, aquele dinheiro que o senhor estava questionando, um valor de R\$ 6.500,00, é para o fomento às cooperativas, e o senhor tinha votado, ou não, porque, o senhor sempre se abstém, quando votamos a LDO. Obrigada. **JUNINHO (Secretário do COP):** Consultei o Ricardo, do GPO, e ele me disse que trouxe mais de cinqüenta exemplares do documento. Como não temos mais de cinqüenta pessoas presentes, com certeza a quantidade será suficiente para que todos recebam o documento. **CONSELHEIRA MARLENE (Região Restinga):** Boa noite a todos e a todas. O meu informe é para esclarecer sobre a decisão que tomamos ontem, na reunião que houve na Região, a respeito de em que obras seriam investidos os 30% da Restinga. A plenária não conseguiu chegar a um consenso e estaremos realizando uma reunião com o GPO na próxima segunda-feira, a fim de que algumas coisas sejam esclarecidas para os nossos delegados. Hoje foi dito que o documento, com a especificação das demandas deveria ser entregue até sexta-feira, no entanto, como a reunião da Região ocorrerá na segunda-feira da próxima semana, estou solicitando para que possamos entregar depois. Um outro assunto que gostaria de trazer é a respeito do pedido feito por uma conselheira que solicitou para que eu solicitasse que a Comissão de Habitação se reunisse. Todavia, essa questão já foi levantada na reunião passada e seria bom que os conselheiros que fazem parte das diversas reuniões se reunissem e tirassem uma data até para que a própria Coordenação do COP tivesse uma data. A respeito do desarmamento, também quero fazer a minha colocação. Sou contra o desarmamento porque as nossas regiões vão ficar muito desprotegidas e é hora de começarmos a nos posicionar sobre isso. Obrigada. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Começo com uma consulta. Foram feitas aqui menções diretas ao meu nome, à minha posição, às minhas intenções em duas atas. Hoje, novamente, a companheira Neiraci atacou o meu nome e, sendo assim, quero o direito de resposta antes de utilizar o tempo do período de Comunicações. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** Estamos no período das Comunicações, depois poderemos tratar disso. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Fiz a minha reivindicação, a Mesa que considere! Recomendo a leitura da primeira intervenção dessa ata que está na folha amarela, que foi a minha. É muito interessante, é assunto momentoso e necessita receber um tratamento. Em segundo lugar, a companheira Neiraci disse, em relação àquela emenda que fiz: “o Seu Omar sempre teve implicância com as temáticas, eu o conheço desde 1998”. Eu não tive o prazer de conhecê-la desde 1990, que foi quando comecei, mas ela me conhece desde 1998 e disse que sempre tive implicância. A senhora está equivocada, Dona Neiraci! Nunca tive implicância com as temáticas, não, eu sou radicalmente contra as temáticas. Temos que acabar com essa instância espúria, que é redundante, que fica discutindo assuntos quando foi criada para discutir diretrizes, tão-somente, e agora já está disputando dinheiro com as regiões! Isso não tem sentido. Eu não estou implicando, sou contra mesmo! Depois, a senhora diz assim: “o pessoal sujou o topete, junto dinheiro, que ninguém é rico, que todo mundo é pobre, etc. etc”. A seguir, um outro defensor da situação, o Delegado Felisberto, diz assim: “não podemos deixar as pessoas ficarem pobres para tentar fazermos uma cooperativa”. Mas, então, ele está admitindo que as pessoas são elitizadas, e que em relação ao pessoal da Vila Gaúcha e outras vilas com o mesmo perfil há realmente uma diferença para cima. Ele está dizendo: “não podemos deixar empobrecer”. O que é que isso significa? Significa que é preciso fazer cooperativas enquanto as pessoas têm o poder aquisitivo maior do que as outras. Está aqui! (A Conselheira Neiraci, fora do microfone, pergunta por que o Seu Omar falou depois dela, se a inscrição dele havia sido anterior.) **CONSELHEIRO JAKUBASZKO(Coordenador):** Ele estava inscrito

depois da senhora, Dona Neiraci. (A conselheira Neiraci, fora do microfone, menciona que a inscrição do Seu Omar tinha sido feita antes da dela.) Aceitamos a sua dúvida, mas na ordem de inscrição ele vinha após a senhora. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Temática de Educação, Esporte e Lazer):** Uma lembrança a este Conselho: amanhã teremos um encontro do turismo, que faz parte daquele “Diálogos da Cidade”. Vai ser no Santander, durante todo o dia. Quem quiser participar... Aproveito para agradecer a presença dos que compareceram ao evento do Parque Farroupilha e gostaria de lembrar – parece-me que foi referido pela Adaclides – que na quinta-feira teremos a Conferência da Cidade, no Centro Vida. É importante a participação de todos, embora, infelizmente, a reunião seja no mesmo horário da reunião do COP. O bom senso nos diz que, como nas terças e quintas-feiras, sempre temos reunião e a Conferência da Cidade não tem essa frequência, seria bom que abrissemos mão da reunião do COP, da próxima quinta-feira, e comparecêssemos à Conferência que tem assuntos que dizem respeito a toda Cidade de Porto Alegre. Obrigado. **CONSELHEIRO ALTAIR BARISON (Região Lomba do Pinheiro):** Boa noite conselheiros e conselheiras. Estou aqui para dar uma notícia que, talvez, já seja do domínio da maioria. Estão iniciando as obras da CEITEC. Será uma obra de alto interesse não só para Porto Alegre, mas também para o Rio Grande do Sul. Aproveito para pedir o apoio deste fórum para um acordo que houve, por ocasião da constituição da CEITEC, que foi no sentido de que, durante a construção, se aproveitasse 40% da mão-de-obra local, ou seja, da Lomba do Pinheiro. Ao que parece, a coisa não está andando como o planejado. Futuramente trarei outros informes, pois já estamos agendando, no Conselho Popular da Lomba do Pinheiro, uma reunião com o Secretário do Estado e a comunidade, para ver como o Governo Rigotto está tratando esse acordo que foi realizado com o governo anterior. Obrigado. **CONSELHEIRO PADILHA (Região Sul):** Boa noite a todos. Quero informar que tive que faltar neste COP e na Região em virtude de problemas familiares e particulares. Estou entregando a justificativa. Aproveito para dizer que fecho com os companheiros que falaram a respeito da EPTC. Não sei se o Secretário é muito técnico ou se há algum ao lado dele que não está fazendo as coisas como antes. Solicitei uma sinaleira para a Juca Batista, num local bem próximo daquele onde um carro atravessou o canteiro que fizeram e entrou numa loja de animais, ocasião em que inúmeros bichos foram mortos, e a EPTC negou o pedindo dizendo que não havia necessidade da colocação de um semáforo naquele local. Isso é horrível! Outra coisa, acredito o Conselho Municipal dos Transportes está muito governamentado e muito empresariado, na medida em que não permite que os poucos companheiros que lá estão representando os usuários possam aprovar alguma coisa, porque eles patrulam mesmo. Eu não queria estar na pelo dos companheiros que nos representam naquele Conselho. Uma outra questão que quero abordar diz respeito aos conselheiros que não estão comparecendo às reuniões das temáticas. Vejam, para comparecermos a duas sessões semanais deste COP, somos obrigados a gastar R\$ 336,00 por ano! E se ainda tivermos participando de temáticas ou outros organismos, com certeza essa cifra chega a R\$ 400,00, mais do que um 13º salário. Somos todos pobres e precisamos achar uma maneira de, quando o governo entregar os nossos crachás, já vir autorizado o nosso deslocamento, para que possamos trabalhar para o próprio governo. Obrigado. **CONSELHEIRO SÉRGIO AMARAL (Região Cristal):** Boa noite a todos e a todas. Com a intervenção de outros companheiros, já havia me sentido contemplado e até não falaria. Mas, com a fala do Padilha, decidi manter a minha inscrição e quero dizer que concordo com ele em grau, gênero e número. Na nossa região estamos adotando uma medida que propicia a autonomia dos conselheiros, autonomia no sentido de poder bancar os próprios recursos e não termos que sofrer esse pênalti de trezentos e poucos reais por ano. Eu nunca havia feito essa conta, mas fiquei preocupado porque é muito dinheiro. No dia 8, realizaremos um galeto, na minha Região, estão todos convidados e gostaria que comparecessem. Até agora ninguém me procurou para comprar um convite! Obrigado. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** O Delegado Felisberto, da Região Centro, foi citado e solicita tempo para se manifestar. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Antes eu pedi direito de resposta e a Mesa disse que estudaria! **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** O senhor tem seu tempo, Seu Omar, estamos solicitando tempo para um delegado. A plenária está de acordo que se conceda tempo ao Delegado Felisberto? (Assentimento da Plenária) Com a palavra o Seu Omar e, posteriormente, o Delegado Felisberto. **CONSELHEIRO OMAR (Região Cruzeiro):** Temos na ata do dia 22 de setembro: (Lê) “*Quanto ao recurso do Seu Omar, vou passar para o Ronaldo porque ele tem a posição da Mesa*”. **Conselheiro Ronaldo:** *Conselheiro Omar, o tal recurso foi acatado pela Mesa porque o senhor disse que exigia averiguação do fato. Portanto, vamos averiguar o fato e trazer para o senhor a resposta na próxima reunião*”. Chegou a próxima reunião e quero essa resposta! **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** Perfeito, se o senhor for paciente e aguardar o término do período de Comunicações vai ter essa informação. **DELEGADO FELISBERTO (Região Centro):** Quero dizer que sou defensor intransigente do cooperativismo habitacional. Essa luta não é de hoje, começou lá por volta de 1991, com uma comunidade de baixa renda, que é a comunidade do Partenon, Jardim

das Estrelas. Aquela comunidade comprou área com recursos próprios e muitas vezes tiveram que demandar recursos via OP. A maioria das cooperativas habitacionais são de baixa renda. De 60 cooperativas, 3 só conseguiram acessar recursos. Essa proposta que tem de seis milhões, oitocentos e cinquenta mil reais, é uma proposta do governo, obedecendo a uma lei aprovada na Câmara e que alguém estava sentado em cima, dificultando a aprovação da lei. As cooperativas pagam a área e, o que elas pedem, é só parceria para urbanização, a contrapartida do governo. Elas não estão pedindo nem querem de graça, e não são cooperativas ricas. Quero que este COP tire uma comissão para ver quais são as pessoas que fazem parte das cooperativas. O Seu Omar falou na área da Vila Gaúcha. É preciso que fique claro que durante muitos anos a Região Centro alocou cem mil reais para regularização fundiária da Vila Gaúcha, e está encravada até hoje na Secretaria de Habitação do Governo do Estado, que não aprovou o projeto. Obrigado. **JÚLIO PUJOL (Unidade do OP):** Boa noite. Eu e o Juarez temos alguns informes para dar a esta plenária. O primeiro diz respeito ao Conselho de Clientes da Carris. Foram indicadas algumas pessoas, por região, para fazerem parte do Conselho e a primeira reunião se dará no dia 10 de outubro. A Carris está solicitando que até o dia 30 próximo, que as regiões que ainda não indicaram nomes para aquele Conselho que o façam porque, do contrário, não poderão participar. Devem ser indicados um titular e um suplente de cada uma das oito regiões do planejamento, sendo, portanto, 16 indicações. As regiões que já indicaram seus representantes já tiveram esses nomes repassados, por nós, à Carris e são: **Região 1 (Humaitá)** – Rosângela – peço que, depois, me informe seu sobrenome e telefone; **Região 2 (Noroeste)** não indicou; **Região 3 (Leste)**, não indicou; **Região 4 (Lomba)** – Maria Benta – de quem também solicito nome completo e telefone; **Região 5 (Norte)** – Dilecta, a quem solicito complementar o nome; **Região 6 (Nordeste)** – indicou o Marco Antônio, peço que confirme ou que indique outro nome; **Região 7 (Partenon)** – Jane Brochado; **Região 8 (Restinga)** - indicou a Marlene; **Região 9 (Glória)** – Erli – **Região 10 (Cruzeiro)** – Jorge Silva; **Região 10 (Cristal)** – não indicou; **Região 12 (Centro-Sul)** – Tânia, solicito informar sobrenome e número de telefone; **Região 13 (Extremo-Sul)** – não indicou; **Região 14 (Eixo-Balthazar)** – não indicou; **Região 15 (Sul)** – Glecir – seria bom registrar o nome completo e o telefone; **Região 16 (Centro)** – não indicou. Uma outra informação é a respeito do calendário. Estaremos apresentando a proposta na próxima reunião. O Ricardo, do GPO, deixou esse formulário e pediu que eu reforçasse a importância de as regiões elegerem suas prioridades e o percentual das demandas atrasadas, entregando o documento até a próxima sexta-feira. O Juninho tem mais cópias para aqueles que precisarem. Por último, gostaria de ler o recurso que foi apresentado pelo Seu Omar, na última reunião, e colocar o que a Coordenação entendeu. (Lê) *“Região Cruzeiro, recurso tempestivo. Denunciamos a manobra de manifesta má-fé, por parte de pessoas a serem identificadas, referente à supressão de proposta de alteração do PI-2006, com relação à retirada e transposição de parte da verba atribuída à Temática OCDUA, em favor do DEMHAB. Exigimos averiguação do fato”*. O entendimento da Mesa, naquele dia, foi de que para se averiguar o fato fazia-se necessário a disponibilidade de tempo, não era um caso que pudesse ser averiguado no plenário. A Coordenação se reuniu, averiguou o fato e não encontrou irregularidade. Esse fato não bem especificado, mas alegado, está contido na Ata do dia 19 de setembro e ocorreu por ocasião de uma reunião extraordinária do COP onde foram analisadas as emendas apostas à Matriz Orçamentária. As emendas foram apreciadas uma por uma e aprovadas. Assim, de acordo com a reunião extraordinária deste COP, que teve, inclusive, verificação de quorum, plenário se manifestou contra a proposta que, por consequência, foi retirada, tendo sido aprovadas todas as demais. Não houve manifestação de defesa da proposta que foi apresentada pelo Seu Omar e, logo em seguida ela foi encaminhada à Comissão de Sistematização. Este é o entendimento da Coordenação e não vê procedência no recurso do Seu Omar. **JUNINHO (Secretário do COP):** Em primeiro lugar quero justificar o fato de não estar desempenhando minhas tarefas junto a este fórum, pelo fato de terem ocorrido problemas de saúde em pessoa da minha família, que esteve hospitalizada até o último domingo. Gostaria que levantassem a mão aqueles que ainda não receberam a sistematização das demandas. Então, por favor, aquele que tiver mais de um exemplar queira, por gentileza, ceder um à Conselheira da Região Centro-Sul. Com relação à Conferência das Cidades, nesse evento que é nacional, ocorreu a etapa de Porto Alegre, onde desenvolvi o trabalho de secretariar, e várias conselheiras e conselheiros deste Conselho estão envolvidos nesse processo que está intrinsecamente ligado às questões da Cidade. Inclusive, apresentaram várias emendas, várias propostas que estão sendo remetidas para a etapa estadual. Assim, gostaria que, depois, a Mesa pudesse encaminhar essa questão. Estou levantando esse assunto pela importância do evento para este fórum. Com relação à questão levantada pela Dona Dilecta, antes de encerrar poderemos marcar a continuação das atividades da Comissão Tripartite. Temos, também, a questão colocada pela Rose, da Temática de Saúde e Assistência Social, Temática esta que ajudo a organizar. Quero dizer que foi uma decisão da plenária. Sabemos que existem acordos, mas os acordos são feitos para serem

cumpridos ou para serem revistos. O Ilê Mulher, do qual a Rose participa, estava presente à reunião e não se manifestou. Aquele fórum é legítimo para reorganizar os recursos da forma como achar necessário, desde que não fira o Regimento. A Secretaria do COP está fazendo a sistematização das faltas sem justificativas, pois de acordo com o funcionamento deste Conselho, a cada bimestre se faz esse tipo de averiguação. Tivemos oportunidade de verificar que em algumas temáticas existem representações que estão ferindo gravemente o Regimento, pois são representações que vão a uma temática, vão a duas, a três temáticas, votam, decidem recursos muitas vezes para a mesma ONG. Tivemos oportunidade de verificar isso na Temática de Saúde e Assistência Social e, por isso, estamos cruzando as listas de presenças de delegados porque isso não pode ocorrer. O OP visa a descentralizar os recursos, empoderar mais e mais pessoas, comunidades com vista a distribuição dos recursos da Cidade. Então, se alguns grupos ou se alguma pessoa age de maneira diferente, não há por que a existência do Orçamento Participativo. Esse problema que foi verificado e comunicado por ocasião da reunião da Temática de Saúde e Assistência Social. Com relação à vacância, que se faça essa discussão nos fóruns, sejam fóruns temáticos ou regionais, porque então também pode, por exemplo, a Dona Sílvia, que mora no limite entre a Restinga e o Extremo-Sul, vai ao fórum da Extremo-Sul, aloca recursos para a sua comunidade, e vai ao fórum da Restinga e faz o mesmo. Então, quero solicitar que a coordenação desse Conselho analise imediatamente essa situação e traga para esse Conselho decidir, porque de fato o Regimento não prevê o que fazer nessa situação, mas acredito que o mínimo que pode acontecer a um participante do processo do Orçamento Participativo, que infringiu o Regimento dessa forma, é que não possa ser Conselheiro ou Conselheira. Era isso. **JÚLIO PUJOL (Gabinete de Programação Orçamentária):** Apenas para dar um último informe: a Coordenação está fazendo o levantamento das faltas e na próxima reunião vamos trazer o relatório de presenças e de faltas. Estamos esperando apenas encerrar a última reunião do mês para trazeremos o relatório. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** São 20 horas. Temos ainda uma pauta a ser cumprida. Os representantes do DEMHAB estão aqui, aguardando para se manifestar. Vamos respeitar as questões de ordem e depois vamos entrar na pauta. **CONSELHEIRA ROSE (Temática de Cultura) (Questão de Ordem):** Acho que as plenárias das temáticas, ou de qualquer FROP, não têm que desrespeitar um processo, que é o processo do Orçamento Participativo. E acho que a Saúde Assistência e Social desrespeitou o processo, na medida em que coloca verbas para entidades que não participam do processo. Acho que são soberanos para decidir o que bem entendem, mas não podem passar por cima do processo. E quanto à participação de Delegados em mais de uma, duas ou três, acho que é problema de cada entidade. Embora o Regimento diga que são somente dois, acho que as entidades devem ser comunicadas que não podem indicar para mais de um. Mas, a postura que está havendo aqui é uma postura de policiar, de denunciar e impedir as pessoas de participarem do processo do Orçamento Participativo. Precisamos incentivar e tentar regularizar se houve alguma irregularidade, mas não podemos fazer a discussão da forma como está sendo feita, dizendo que é irregular. Não é por aí. Temos que começar a colocar os pés no chão, porque não podemos impedir as pessoas de participarem nos fóruns. Obrigada. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO (Coordenador):** Vamos colocar em votação a suspensão da próxima reunião do COP, e virtude da Conferência das Cidades. Os que forem a favor que não haja reunião, levistem o braço. (Pausa.) **APROVADO.** Não teremos reunião na quinta-feira do COP, e todos compareçam ao Centro Vida para participar da Conferência das Cidades. O Conselheiro Sérgio deseja fazer um rápido comentário. **CONSELHEIRO SÉRGIO (Região Cristal):** Quero deixar como indicativo para que na próxima reunião possamos abrir a discussão a respeito do recurso do Seu Omar, porque não fiquei satisfeito e temos de resolver essa situação muito bem resolvida. Para mim não ficou clara essa questão, e acho que a coordenação tem que ver isso e temos que reabrir essa questão. Se a proposta do Seu Omar tiver de ser derrotada que seja, mas dentro de uma regularidade, porque parece que não houve um consenso total. Era isso. **JAKUBASZKO (Coordenador):** Passamos a palavra para o Adão, do DEMHAB. **ADÃO (DEMHAB):** Boa noite a todos os conselheiros e conselheiras presentes. É uma satisfação retornar a este COP, fui Conselheiro da Região Extremo-Sul. Quero cumprimentar a Dona Dilecta – a Dona Nelci eu acho que já se retirou – exemplos de militância comunitária, assim como o companheiro Omar e o companheiro Padilha, que há anos atuamos juntos em várias questões em relação à moradia e habitação. Represento o nosso Diretor Nelcir Tessaro. Faço me acompanhar do Engenheiro Paulo, do corpo técnico do Departamento, e pelo nosso assessor comunitário, o José Natividade, que se encontra aqui presente também. Estava prestando atenção nas diversas colocações que foram feitas nos informes, uma forma democrática e participativa. O Conselho discutiu e encaminhou suas questões quanto ao Orçamento do próximo ano. O Felisberto tinha colocado naquela reunião que tivemos que havia pleiteado mais 50 mil reais para aquelas questões judiciais, e também foram acrescentados mais 950 mil reais à questão da regularização fundiária. Essa é uma questão que muitas vezes dependem de questões técnicas, jurídicas, porque são questões

que muitas vezes são de difícil encaminhamento, questões que levam um longo tempo para serem definidas. O Departamento traz aqui muitas dessas realizações, e ainda muitas delas estão em andamento. Uma delas é o condomínio Princesa Izabel, obra em andamento. Também as obras do PIEC (Programa Integrado Entrada da Cidade) estão em andamento. São obras que possuem os maiores recursos, aprovados pelo OP. Também temos o início do Loteamento da A.J. Renner, o 773; o início do Loteamento da Frederico Mentz, 813 a 477; a continuidade da obra do Loteamento da Voluntários da Pátria, 1980, Vila Central e Papeleiros. A continuidade da obra do Loteamento Dona Teodora, 1066. A assinatura do contrato de empreitada do Loteamento Cristiano Kraemer. A continuidade da pavimentação de ruas, no Loteamento Wenceslau Fontoura, e ruas no Loteamento Timbaúva I, II e III. Contratação e conclusão da creche do Loteamento Pampa. A continuidade das obras de urbanização na Vila Canadá. Integração através do programa de subsídio à habitação, PSH, Quadra B da Tinga. A implantação do programa de cooperativismo habitacional. Programa Moradia Legal, Fique Legal, a entrega dos habite-se do Condomínio Jardim Leopoldina, e a renegociação dos contratos. A entrega do prédio para o telecentro, creche da Vila Operária. Então, são algumas realizações que estou colocando aqui. Vocês como Conselheiros sabem que o Governo que ainda está trabalhando dentro daquilo que foi orçado e colocado no Plurianual pelo Governo passado, e também vocês têm bem presente essa questão do déficit financeiro enfrentado pela atual Administração. Estamos à disposição para as colocações dos Conselheiros e Conselheiras do OP. Obrigado. **CONSELHEIRA MARLENE (Coordenadora):** O Copinaré é o primeiro inscrito. **CONSELHEIRO COPINARÉ (Região Leste):** A primeira pergunta é sobre como está a situação da área ocupada na Protásio Alves, demandada pela região Nordeste e Leste? Segunda pergunta, bem objetiva, e talvez os Conselheiros já saibam, eu não sei, se o DEMHAB tem a política da verticalização, se vai manter a horizontalidade, se vai trabalhar somente com lotes ou se está prevista uma política habitacional, em Porto Alegre, na verticalização, para que as pessoas que moram na região não precisem se afastar muito. Mas solicitei para me inscrever primeiro para fazer um encaminhamento e ao mesmo tempo aos nobres Conselheiros: o prefeito disse que o que estivesse ruim ele iria melhorar. A questão da regularização fundiária e da habitação, no governo passado, reconheço que foi ruim. E lembro que fiz uma proposta ao DEMHAB em 1992 e vou retornar a fazer, e quero ver se o DEMHAB concorda que chamemos a UFRGS e a PUC para fazer um convênio nos moldes do SAJUR (Serviço de Atendimento Jurídico) para que os estudantes dos últimos anos de Engenharia façam a urbanização e topografia gratuita nas comunidades, uma vez que a universidade é pública. Quantos milhões de dinheiro, quantos mil reais iríamos economizar na regularização fundiária, se fizéssemos convênio com a prefeitura para que a universidade viesse fazer esse trabalho de topografia e urbanização, com a chancela e o reconhecimento do órgão público, do DEMHAB. Sabemos que no DEMHAB existe a equipe, mas um está em Licença-Prêmio, tem direito, o outro está doente, tem direito, o outro está de férias, também tem direito, então, com a Engenharia da PUC, da UFRGS a Prefeitura deve fazer um convênio, com o CREA, para que se disponibilizem engenheiros para a urbanização e topografia, e iríamos poupar mais dinheiro para a construção das unidades habitacionais. Estou fazendo essa pretensão de proposta política para o DEMHAB e quero saber se os Conselheiros concordam com esse encaminhamento, para que depois, nessa caminhada, reafirmem, ou digam se estou errado. Muito obrigado. **CONSELHEIRO SÍLVIO ALEXANDRE (Região Eixo-,Baltazar):** Acho excelente a proposta do Copinaré. Todas as universidades devem ser chamadas para a parceria. Acho que o DEMHAB e o Governo, como um todo, devem ter essa ofensividade. É início de Governo e o Governo deve ter propostas para a sociedade. Pontualmente sobre a questão da Vila Amazônia, em frente à área da SMIC: tivemos uma reunião no DEMHAB, houve um acordo para sessenta dias, e queremos saber se há alguma novidade. Outra questão é com relação à verticalização horizontal. Gostaria de saber qual o projeto que vocês têm. O DEMHAB amadureceu ao longo dos anos a política de qualificar os loteamentos. Então, temos que trabalhar com a perspectiva de termos unidades habitacionais com maior espaço, com mais qualidade. Para as classes mais baixas são sempre aqueles 38 metros quadrados, às vezes 40 metros apertadinhos e, por vezes, não existe nenhuma área de serviço. Então, sendo horizontal ou vertical, é preciso trabalhar nesse sentido e por isso é importante ter parcerias para otimizar os recursos, que são poucos e, mesmo assim, oportunizar unidades habitacionais maiores, mais espaçosas e com mais qualidade, também para as classes mais pobres. Quanto à questão do déficit financeiro, que tu falaste, Adão, várias secretarias têm abordado esse assunto. Creio que é chegado o momento de se falar em busca de receitas, ou seja, o que é que o governo vai fazer, o que o DEMHAB está pensando para trabalhar com a questão desse déficit. É preciso buscar recursos, parceiros como Governo do Estado, Caixa Federal, organismos internacionais e aumentar a receita do próprio município. Creio que devam existir algumas alternativas. **CONSELHEIRA MÁRCIA (Região Leste):** Quero reforçar o que o Copinaré falou a respeito da Ocupação da área da Protásio, nº 10500. Já foram marcadas várias reuniões entre o DEMHAB e as lideranças comunitárias e estão sempre protelando a

retirada daquelas pessoas. Há pessoas que estão vendendo os terrenos, outras estão segurando o lugar para colocar armazém, que não tem necessidade, enquanto as moradias impróprias da Leste já estão quase caindo. É preciso haver uma reposta urgente! **CONSELHEIRA DILECTA (Região Norte):** Não sei se vou conseguir falar tudo, penso que também se pode reivindicar algo mais na Conferência das Cidades. Quero dizer que gostei demais da proposta do Copinaré porque a PUC está isenta de vários impostos e as empresas também. Muitas empresas têm isenção de impostos, dão uma quantia para uma obra enquanto sonégam milhões de impostos ao Estado. Entendo importantes essas parcerias. Tenho várias questões na Região Norte. Há uma questão, que foi colocada em primeiro lugar, no item obras atrasadas, que seria para o pessoal que mora na Av. Dique, que é uma área de risco. A outra é a Chimarrão, que é uma vila cujas pessoas que ali moram se encontram à beira do dique. Uma vez levei um funcionário do DEMHAB lá no fundo da nossa Vila e ele me disse que não sabia que aquele pessoal tinha aquele tipo de moradia. A nossa região é muito carente de moradia. A nossa Vila tem três PI's de urbanização. Até hoje não foi possível fazer por questões técnicas, em virtude do arroio. Então, a macro drenagem é a nossa grande preocupação, é uma obra atrasada que até agora não apareceu. Ainda estou tentando localizar esse projeto. Não posso colocar como obra atrasada, nos PI's atrasados, porque tecnicamente sempre foi dito que não havia possibilidade. Uma outra questão. Sei que o DEMHAB sempre teve problemas, o Copinaré falou e é verdade, não melhorou muito, mas mudaram algumas políticas. Teve um prefeito que realizou inscrições para a casa própria. Há pessoas que ainda me perguntam o que devem fazer com aquela inscrição. Mandeí-as diretamente ao DEMHAB, não sei se há alguma política para atender essas pessoas. **CONSELHEIRO MARIO LEITE (Região Extremo-Sul):** Boa-noite a todos e a todas. Três problemas cruciais da Região Extremo-Sul: estamos com quatro pedidos de PI's para urbanização da Vila Júlia, a mais antiga do Belém Novo. Estão gravados desde 2001, até 2005, faliu o ano de 2004. Queremos saber quando o DEMHAB vai dar início àquelas obras. Outra pergunta é com respeito ao pessoal do Túnel 2. Eles estão pedindo que seja feito urgentemente o cadastramento das 87 famílias, inclusive os conselheiros e pessoas da comunidade já se dispuseram a realizar esse cadastramento, mas o DEMHAB alega que pessoas da comunidade não podem recadastrar seus próprios moradores. Gostaria de um esclarecimento a respeito. O maior problema diz respeito àquelas famílias da Estrada Otaviano José Pinto, cujo Diretor-Presidente do DEMHAB, o Sr. Tessaro, autorizou que lá permanecessem, sendo que as pessoas que são da Santa Mônica, e que viera da Atilio Superti, rodando de um lado para outro, estão ocupando o lugar de 30 famílias que deverão ser assentadas naquela área e que são oriundas das margens do Arroio Manecão, no Lami. Essa área do Manecão é uma área de risco, uma encosta de arroio e, assim, gostaria de saber qual o procedimento que será adotado pelo DEMHAB: se vai fazer um reassentamento para essas pessoas que estão lá provisoriamente e quando iniciará a construção das casas das pessoas que estão à beira do arroio, num total de 30 famílias. A última informação que tenho é que algumas pessoas do DEMHAB andam por lá dizendo para que as pessoas não saiam de lá das margens do Arroio Manecão. Obrigado. **ADÃO (DEMHAB):** Essa área que foi ocupada na Protásio Alves, no final do ano passado, é aquilo que já mencionei, quando envolve Justiça, o Poder Judiciário é moroso. O nosso Diretor teve uma reunião no Centro Vida, não me lembro a data, e vocês, conselheiros sabem como isso funciona: se existe demanda se adquire a área para atender aquelas demandas que foram colocadas pelas diversas regiões do OP. Aquela área foi adquirida para atender demanda de área de risco, da Região Leste, da Região Eixo-Balthazar e da Região Nordeste. Aquela área já tinha destinação, e continua tendo, ela é destinada a atender demandas do OP. Isso vai ter que ser cumprido, até porque é uma cobrança que vocês, na qualidade de conselheiros e conselheiras do Orçamento Participativo têm que fazer. No entanto, estamos na dependência do Judiciário e, além disso, é preciso que seja feita uma ação conjunta com a Brigada Militar, movimentar todo um aparato para que o Departamento seja reintegrado na área e que, assim, a área possa cumprir a destinação para a qual foi adquirida. Uma outra questão que tem sido colocada – e ainda esta semana estivemos conversando com o pessoal da Integração dos Anjos – é a questão da verticalização ou não. Existem áreas na Cidade que têm um enorme adensamento populacional e isso é preciso ser resolvido de maneira conjunta entre o Governo e o OP. Há, ainda, a questão do recurso. Temos exemplos de várias cidades do País onde ocorreu esse processo de verticalização. Um deles ocorreu em São Paulo, com o Singapura. Acho que vocês têm noção disso. Mas essas questões precisam ser definidas e decididas, levando-se em conta, também, o problema do projeto, da área e a questão dos recursos que são alocados na área da Habitação. Aquela questão que foi levantada por um conselheiro, no tocante à realização de convênios, isso nós vamos levar para a nossa Direção, mas também deve ser colocada para o conjunto do OP. Uma crítica que se faz às universidades, e principalmente àquelas públicas, é que muitas vezes se faz uma pesquisa, se utiliza dinheiro público e o pesquisador sai do nosso país e apresenta aquela pesquisa para aquele colegiado de cientistas, mas aquela sua pesquisa não traz nenhum retorno para a sociedade como um todo. Então, essa questão de se tentar

fazer o convênio, vai ser levada à direção do Departamento, até porque isso vai proporcionar economia na questão da regularização fundiária que, por envolver várias questões legais se torna um processo lento. Também estamos enfrentando a questão da grilagem. Mas todas essas questões, temos que ir tentando resolver na medida em que aparecem. Também na área do Porto Seco, o pessoal que ocupou tem um advogado que está fazendo o trabalho dele. Num primeiro momento ele entrou com um agravo de instrumento, que foi deferido, no entanto, agora, foi revogado por decisão do Tribunal de Justiça. Assim, aquelas pessoas vão ter que se retirar daquela área. Colocamos meios à disposição das pessoas que quiserem sair e os que não quiserem sair por livre e espontânea vontade vão ter que sair sob o tacão da Justiça. O Sílvio levantou a questão de ter que qualificar os loteamentos. Essa é uma discussão que precisa ser feita e vocês, como representantes das várias regiões da Cidade já devem estar discutindo não só a questão da Habitação, mas, também, a questão da *habitabilidade*. Temos a chamada *guetização* do cidadão, isto é, retira-se uma comunidade de um determinado local e se joga mais para a periferia. Muitas vezes se pensa só no prédio, na casa, se joga aquele povo ali sem nenhuma infra-estrutura, sem transporte, sem um PSF, sem um núcleo de assistência social, sem nada. Depois, fica-se tentando que sejam dadas condições para essas pessoas. Assim, é preciso que se pense em outros conceitos, é preciso pensar numa política integrada e transversal com as demais políticas públicas: Saúde, Educação e Assistência Social. A Márcia falou a respeito da ocupação da Protásio. Creio já ter respondido. Gostaria de ressaltar que o DEMHAB encaminhou um projeto de lei, para a Câmara, e dentro desse projeto está embutida a questão do cadastro negativo. Aquela pessoa que já tiveram imóvel do DEMHAB, se vendeu aquele imóvel, essa pessoa vai constar desse cadastro negativo, o que vai possibilitar que outras pessoas tenham acesso à moradia. Para que vocês tenham uma idéia, quando entramos no Departamento havia 90% de inadimplência. Então, essas questões que aqui mencionei, do Moradia Legal e outros programas, foi no sentido de que as pessoas recomecem a pagar o Departamento para que tenhamos recursos para viabilizar a política habitacional do Município. Aquela questão, Dona Dilecta, que a senhora levantou no tocante à Habitação, podem ser colocadas agora, quando estará se reunindo esse colegiado, por ocasião da sua plenária estadual. São questões que vocês têm que levantar para pleitear recursos. O Ministério das Cidades é o ministério que tem a maior dotação orçamentária. De todo recurso disponível para este ano, até há bem pouco tempo, só haviam sido gastos 2%. Existe um orçamento virtual, mas no fim, esse orçamento não chega até aquele que está na ponta e que precisa ser atendido. A questão da Vila Dique, vamos ter que ver. O Velter ficou de me informar o número de um processo que deve estar pela SMOV, pois na Chimarrão tem uma diretriz que deve cruzar em parte. Sobre a questão dos três PI's de urbanização que estão atrasados, isso depende da implantação e da realização desse processo de macro drenagem, para o que é preciso a alocação de um vultoso recurso. Sobre as inscrições, quero dizer que várias pessoas têm comparecido no Departamento. Acho que em 1988 o Governador era o Collares e naquela ocasião foram abertas inscrições. Fiquei sabendo que em 2001/2002, o Departamento, por edital, chamou aquelas pessoas que estavam inscritas para que renovassem sua inscrição. Na época, como poucas pessoas tiveram acesso ao edital, poucas foram as que se recadastraram. O Mário falou que tem 4 pedidos de PI's para urbanização da Vila Júlia. Ali, Mário, é preciso que se faça uma ação de usucapião coletivo. Creio que algumas pessoas já tomaram essa providência, de maneira individual, com base no Estatuto da Cidade. Também terá que ser mexido nos fundos da vila, de onde pessoas deverão ser retiradas a fim de que se realize uma canalização. São questões que precisam ser trabalhadas. No que diz respeito ao cadastramento daquelas 87 famílias, o Departamento irá realizar o cadastro. Estive lá, juntamente com a Denise que trabalha na Unidade de Pesquisa, fazendo um primeiro contato. A Fátima, que é Vice-Presidente da Associação do Túnel Verde 2, e que estava liderando um movimento, saiu de lá, foi para o litoral. Fizemos contato, naquela oportunidade, com outras pessoas, algumas eu já conheço, para que quando dermos início a esse cadastramento possamos fazer contato com elas. Quanto às famílias do Lami, que ocuparam a área que havia sido adquirida para reassentamento das famílias do Arroio Manecão, elas foram para lá numa situação emergencial, até por que o Poder Judiciário cobrou do Departamento quando se fez a retirada daquela área que era do Programa de Arrendamento Residencial, da Caixa Econômica Federal e que, naquela ação de reintegração de posse promovida pela CEF, a parte mais onerosa da coisa tocou para o Departamento. Assim, tivemos que colocar, de maneira provisória, as famílias naquela área. **SÉRGIO AMARAL (Região Cristal)(Questão de Ordem):** Acho que as respostas do Adão estão muito bem detalhadas, mas temos um limitador de tempo. Vamos precisar de três reuniões para fazer a conversa toda. Então, proponho que se inclua na próxima pauta o DEMHAB, novamente. Se ele conseguir acelerar as respostas vai ser bem melhor. **CONSELHEIRO JAKUBASZKO(Coordenador):** Ainda temos 11 pessoas inscritas. Consulto a plenária se marcamos uma nova pauta com o DEMHAB ou se continuamos a Sessão até que se esgote a relação dos inscritos. Os Conselheiros que forem favoráveis a que se faça uma nova pauta com o

DEMHAB que se manifeste levantando o braço.(Pausa). Tendo em vista as manifestações da plenária, vamos ter que pautar uma nova reunião com o DEMHAB. (Conselheiro Copinaré, fora do microfone, argumenta que se na próxima reunião houver o período de Comunicações novamente não será possível cumprir a pauta na íntegra). Podemos inverter a ordem da pauta. Estão encerrados os trabalhos.

Juarez Melo da Silva Junior - Juninho

Secretário Executivo do Conselho do Orçamento Participativo

UOP / PMPA - mat.15.993-9

✉ juninho@dmlu.prefpoa.com.br

☎ (51) 32893654-3661-3662 / 81695724